



Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio*

Maurílio de Abreu Monteiro - Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Eder Ferreira Monteiro - Graduado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Resumo

Durante os governos militares (1964-1985), a Amazônia foi foco de projetos de intervenção espacial sustentados pelo discurso da modernização. A ação do Estado nacional foi marcada pela seleção de áreas que passaram a concentrar capital e infraestrutura. O município de Barcarena (PA) destacou-se pela instalação dos projetos Albras e Alunorte, destinados ao beneficiamento e à exportação de alumínio. Eles voltaram a figurar como prioridade para o desenvolvimento regional nos planos de governo dos presidentes FHC e Lula. No que diz respeito às relações sociais de trabalho, nos anos 90, a indústria do alumínio passou a atuar com base na "flexibilização" produtiva. No discurso, defendia-se a maior qualidade do serviço; na prática, houve redução dos postos de trabalho e perda de garantias salariais e previdenciárias, como resultado das mudanças na gestão.

Palavras-chave

Amazônia; indústria do alumínio; estratégias de modernização; flexibilização produtiva.

Abstract

During the military government (1964-1985), the Amazonia has been the focus of spacial intervention projects sustained by modernization discourse. The action of the national State was marked by selection of areas which passed capital and infrastructure. Barcarena (PA) emphasized by the installation of the projects Albras and Alunorte, for the improvement and export of aluminum. They appear again as a priority for regional development plans in the government of president Fernando Henrique Cardoso and Lula. With regard to social relations at work, in the 90s, to the aluminum industry started to act on the basis of "flexibility" productive. In the speech, defended itself the largest quality of the service; in practice, There was a reduction of jobs and loss of wages and pension guarantees, as a result of changes in management.

Keywords

Amazon, aluminum industry, strategies for modernization, flexible production.

* A elaboração deste trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1 A INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO EM BARCARENA: RESULTADO DE ESTRATÉGIAS MODERNIZANTES

Durante os governos militares, as estratégias de modernização para a Amazônia intensificaram o ritmo e alteraram a forma de desenvolvimento na região dos processos de reestruturação espacial, de mudanças demográficas e econômicas. O Governo Federal lançou os fundamentos da intervenção do Estado na economia a fim de favorecer o desenvolvimento. Para tanto, foram escolhidas áreas que deveriam concentrar espacialmente capitais, receber a maior parte dos incentivos e do aporte infra-estrutural. Barcarena, no Estado do Pará, foi um dos municípios escolhidos para receber indústrias de transformação da bauxita (minério de alumínio) em alumina e em alumínio primário.

Em função das ações do Estado nacional, o município de Barcarena tornou-se um importante exportador de *commodities* minerais, com destaque para o alumínio primário e a alumina, produzidos, respectivamente, pelas empresas Alumínio Brasileiro S.A. (Albras) e Alumina do Norte S.A. (Alunorte).

Mesmo nos anos 90, o Estado nacional brasileiro, já sem o poder de centralização e sem os recursos financeiros de que dispunha nos anos 80, patrocinou planos como o "Brasil em Ação" (1996-1999) e o "Avança Brasil" (2000-2003) e recorreu, naquele momento, ao discurso da eficiência das forças de mercado como propulsoras do desenvolvimento regional, indicando a necessidade da criação de eixos estruturadores desse desenvolvimento. Estes, por sua vez, seriam reforçados pelo aporte infra-estrutural, para que corredores multimodais estimulassem o dinamismo regional. Naquele contexto, uma vez mais, o município de Barcarena assumiu destaque nos planos do governo central como um local-chave dos "eixos de integração nacional".

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a visão oficial, expressa no "Plano Plurianual 2004-2007", recomendava que fosse dada máxima prioridade para o controle da inflação e a elevação do saldo da balança comercial. Isso implicou dispensar tratamento privilegiado aos agentes econômicos que, para exportar, não necessitem realizar grandes importações, como as grandes empresas minerometalúrgicas. Nesse caso, em especial, teve significância simbólica a presença do presidente Lula na cerimônia que comemorou a ampliação da fábrica da Alunorte, em 25 de fevereiro de 2006.

No Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo presidente Lula no primeiro ano de seu segundo mandato (2007), as obras de ampliação do porto de Barcarena foram indicadas com uma das prioridades em termos nacionais. Assim, as diferentes tentativas estratégicas de modernização patrocinadas pelo Governo Federal na Amazônia oriental contribuíram decisivamente, de formas diversas, para a implantação e a ampliação da indústria de alumínio em Barcarena.

2 MACROCENÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO NA AMAZÔNIA

A instalação de fábricas de alumínio primário na Amazônia oriental brasileira deu-se no contexto de reestruturação da indústria mundial de alumínio, no qual os governos militares se empenharam para que, paralelamente à exploração das reservas de bauxita, fossem também regionalmente produzidos alumina e alumínio primário, o que se fez por meio da adoção de uma série de medidas que favoreceram os capitais interessados na valorização da bauxita, da alumina e do alumínio primário.

Como parte desses esforços, criou-se, em 1973, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), com a finalidade de viabilizar a implantação de usinas capazes de aproveitar o potencial hidroelétrico da região, tarefa indispensável para a transformação industrial da alumina em alumínio. Assim, logo após a sua criação, a Eletronorte assumiu a coordenação da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.

O acordo inicialmente firmado, em 1974, entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a empresa japonesa Light Metals Smelters Association (LMSA) estimava, em valores da época, que seriam necessários investimentos de US\$ 2,5 bilhões para se implantar na Amazônia uma fábrica de alumina com capacidade de produção de 1,3 milhão de toneladas anuais, que supririam a demanda de uma outra unidade voltada para a produção de alumínio primário. Desses investimentos, 28% deveriam ser destinados à participação na construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí e 8%, a obras de infraestrutura (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE; LIGHT METALS SMELTERS ASSOCIATION, 1974, p. 17).

Em 1975, os sócios japoneses questionaram a viabilidade da sua participação no empreendimento, especialmente em razão dos elevados custos referentes à construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí e à montagem da infra-estrutura para dar suporte aos projetos. Para manter os capitais japoneses como partícipes do empreendimento, no processo de negociações, o governo brasileiro eximiu os parceiros da responsabilidade de qualquer participação na edificação da usina para a geração de energia elétrica e assumiu, integralmente, a responsabilidade por todos os custos da construção da Usina Hidroelétrica de Tucuruí.

Assim, como parte das novas formas de investimento em “países em desenvolvimento”, que se generalizaram mundialmente na década de 70 do século XX, consolidou-se, em 1978, a Albras, uma associação entre a CVRD e a substituta da LMSA, a Nippon Amazon Aluminiun Corporation (NAAC), que representava um consórcio, mais amplo, que envolvia 33 empresas e o próprio Estado nacional japonês, que participou com 49% do empreendimento, cabendo o restante à empresa brasileira. Para a produção da alumina, criou-se a Alunorte, na qual a participação do consórcio japonês seria menor do que na Albras e deveria ser equivalente a 39,2% do empreendimento.

Em 1980, os favores patrocinados pelo governo brasileiro ao empreendimento foram ampliados por meio da assinatura de um contrato entre a Eletronorte e a Albras, garantindo acesso ao fornecimento de energia elétrica a preços vinculados, não aos custos de geração e transmissão da energia, mas ao valor do alumínio no mercado mundial. Estabeleceram-se no contrato de fornecimento três fórmulas de cálculo dos valores da energia, cabendo à Albras optar pela que lhe fosse mais benéfica. De tal contrato, com duração de 20 anos, resultou o fornecimento de energia com custos abaixo dos de produção, implicando um subsídio em favor da Albras. Esse contrato vigorou a partir de 1984 e foi encerrado em junho de 2004.

Sob tais condições, e com o apoio e o aval estatal ao empreendimento, a Albras foi instalada no distrito industrial de Barcarena, em uma área de 320 ha, próxima ao terminal portuário. O Governo Federal, por meio da Portobras, construiu o porto de Vila do Conde para atender às demandas de carga e descarga derivadas da produção do alumínio. Ele foi edificado em uma área de 430 ha à margem direita do rio Pará, no local então denominado Ponta Grossa, com condições para receber navios de grande calado. Já a implantação da malha viária que serviria ao projeto foi efetivada pelo Governo Estadual.

Os custos inicialmente previstos para a implantação daquela unidade industrial apta a valorizar 320 mil toneladas de alumínio primário por ano foram estimados em US\$ 1,343 bilhão, em valores da época. Na negociação que envolveu a implantação da Albras, estabeleceu-se uma relação *debt/equity* de 70/30 (VIVACQUA et al, 1981, p. 25). Uma decisão que implicou a necessidade de se recorrer a empréstimos que ultrapassaram a cifra de US\$ 1 bilhão e que foram efetivados, em sua maioria, em moeda japonesa, endividamento que elevou imensamente os custos financeiros da unidade de transformação industrial e fez com que se acumulassem em seus balanços sucessivos prejuízos vinculados a despesas realizadas com custeio da dívida.

A Albras foi implantada em duas fases, cada uma com capacidade para produzir 160 mil toneladas por ano de alumínio. A fase I foi inaugurada em outubro de 1985. Em fevereiro de 1991, completou-se a instalação da fase II. E em dezembro do mesmo ano foi finalizado o processo de melhorias tecnológicas que possibilitaram a elevação da produção a um patamar de 350 mil toneladas por ano. Disso resultou um ritmo ascendente de produção de alumínio primário, para o que, segundo a empresa, foram realizados investimentos que superam US\$ 1,6 bilhão.

3 INDÚSTRIA DO ALUMÍNIO E PROMESSAS MODERNIZANTES

Com a implantação da Albras, criou-se uma gama de novas relações sociais, ambientais e econômicas na região, o que transformou a realidade e a paisagem até então existentes. Como se indicou, a atuação do Estado nacional brasileiro e a do capital transnacional foram fundamentais para a instalação dessa nova realidade na região.

A estruturação da indústria de alumínio sofre pressões que têm ligações estreitas com reestruturações das bases financeiras e produtivas da economia mundial e que se refletem nas dinâmicas estabelecidas entre o capital e o trabalho. Algumas dessas pressões e das mudanças delas decorrentes, no âmbito da Albras, são discutidas a seguir.

O apoio à edificação de gigantescas plantas industriais destinadas à produção de alumínio manteve, e ainda mantém, sintonia com um recorrente discurso sobre o desenvolvimento da Amazônia; nele se afirma que, dadas as "grandes dimensões", os "enormes problemas existentes" e mesmo o reconhecimento da existência de "gigantescas potencialidades", a tarefa de modernização da Amazônia só é capaz de ser realizada por grandes capitais.

Essa visão ideologizada do processo de modernização da região presta-se muito bem para justificar expressões como a de "civilização do alumínio", presente na reportagem da revista *Veja*, de 5 de janeiro de 2000, assinada pelo jornalista Silvio Ferraz (2000), que a utiliza para caracterizar o ambiente social que envolve a relação entre a Albras, seus funcionários e a sociedade local. A reportagem busca ressaltar os avanços ocorridos na relação entre empresa e empregados nos últimos anos, assim como suas ações que beneficiam algumas das comunidades existentes em Barcarena.

Assim, o recurso à expressão "civilização do alumínio" coaduna-se ideologicamente com as expectativas de se atingir uma rápida modernização e desenvolvimento da região por meio da extração e da transformação industrial de minerais na Amazônia oriental (MONTEIRO, 2005).

Figurando na lista das maiores empresas do país, a Albras passou a atribuir o crescimento da produção e do faturamento (Gráfico 1) e as mudanças decorrentes da sua operação à "civilização do alumínio", em especial no âmbito da produção de riquezas, da responsabilidade social e ambiental, da qualidade no trabalho e da assistência às comunidades que cercam a área da empresa. A evocação da dimensão civilizatória do empreendimento ganha reforço discursivo pelo fato de a empresa ter-se tornado uma das maiores e mais produtivas empresas dedicadas à produção de alumínio primário do mundo (EXAME, 2000, 2001, 2002, 2003).

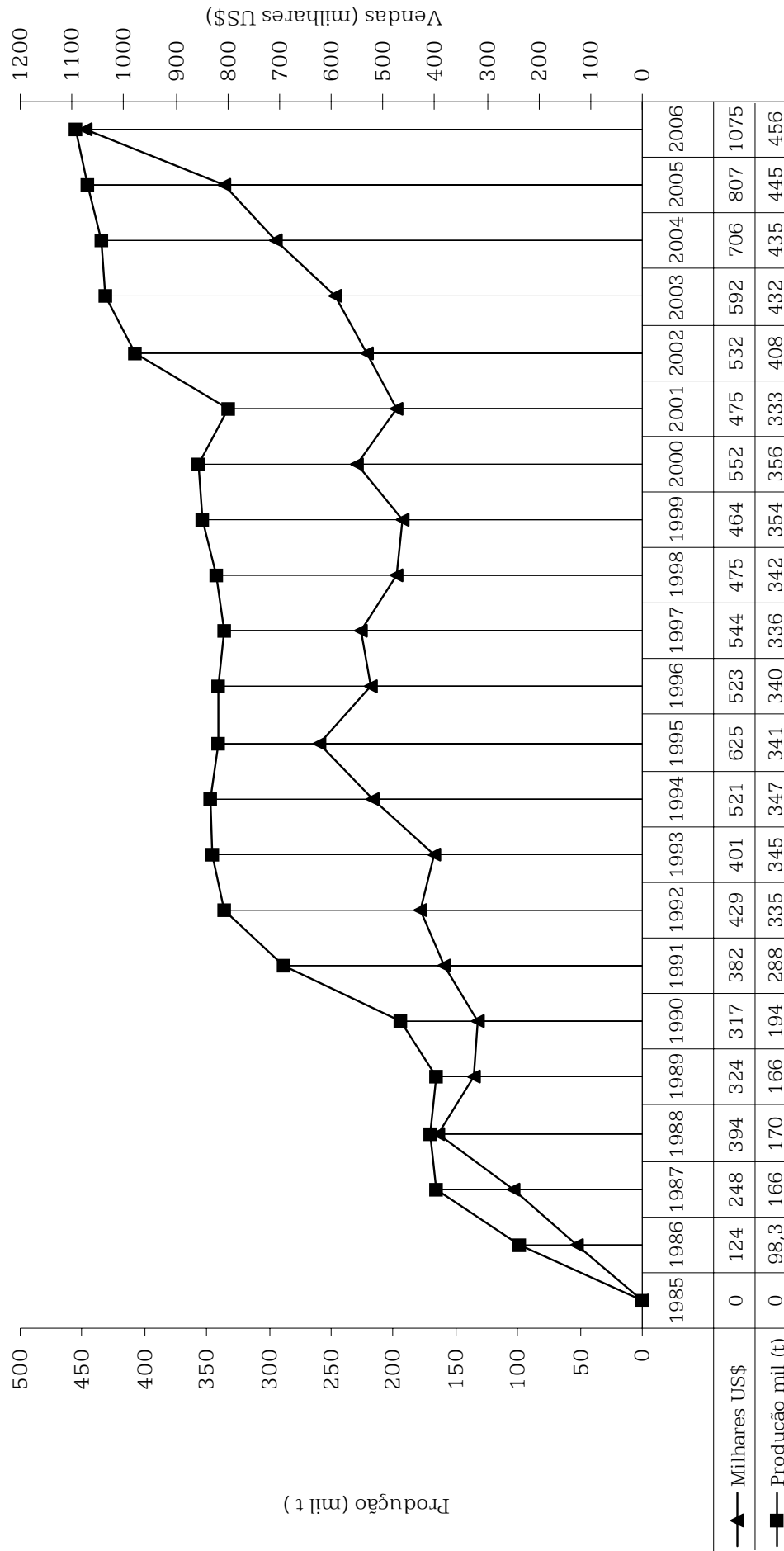


Gráfico 1 : Evolução da produção e das vendas da Albras.

Fonte: Site da Albras. Acesso em: 20 abr. 2007.

4 FLEXIBILIZAÇÃO PRODUTIVA E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

A presença da Albras na lista das empresas mais produtivas do segmento tem ligação com um processo iniciado ainda no fim da década de 80: sua reestruturação produtiva e administrativa. Em 1989, a empresa começou a fazer mudanças em seu modelo de gestão, implantando um novo programa de gestão da força de trabalho e do processo produtivo, que utiliza a metodologia do *Total Quality Control* (TQC – Controle de Qualidade Total), no estilo japonês. A adoção desse modelo de gestão ressaltou, em grande medida, a percepção dos sócios nipônicos sobre a condução de negócios. Adotaram-se mudanças que tinham por objetivo ampliar o potencial produtivo da planta, adequando-a às novas dinâmicas do mercado mundial.

Essa reestruturação provocou mudanças significativas na distribuição e na configuração do quadro funcional da empresa, tendo sido provavelmente a Albras a primeira grande empresa na Amazônia oriental a introduzir o novo paradigma de gestão, proporcionando a “flexibilização” de seu processo produtivo:

[A empresa reorganizou] os postos de trabalho, mantendo as atividades centrais (focais) em seu quadro funcional e terceirizando as demais, e, finalmente, a aplicação de outros métodos de trabalho que incorporem a incerteza e novos padrões de temporalidade com dados fundamentais para obter constantes melhorias no processo de produção, na qualidade do produto, o que exige do trabalhador uma predisposição para um aperfeiçoamento constante (EXAME, 2003, p. 19-20).

Eunápio Dutra do Carmo (2000), em seu trabalho sobre gestão do trabalho na Albras, ressalta as transformações ocorridas na empresa no início dos anos 90, quando o novo modelo de gestão TQC passou a ser empregado. Trata-se de um modelo de gerenciamento que se baseia na liderança, na gestão de pessoas, no desenvolvimento tecnológico e na gestão de processos. Com isso, a empresa buscava adequar-se aos padrões internacionais, obtendo maior competitividade.

A adesão ao TQC provocou uma reestruturação no quadro funcional da Albras, extinguindo antigos postos de trabalho e criando outros novos:

A redução do número de empregados não é o único elemento para apontarmos o momento de reestruturação pelo qual passa a empresa. Há também outros elementos que irão direcionar para a mesma compreensão. Porém é certo que este é um dos mais marcantes (EXAME, 2003, p. 55).

O modelo TQC representou, na visão da empresa, a introdução de técnicas gerenciais e de produção que integram, sempre do ponto de vista da empresa, o “movimento internacional pela qualidade” (CARMO 2000, p. 64),

ao qual se adequaram muitas empresas. Sua implantação como novo modelo de gestão na Albras provocou mudanças significativas nas estruturas da empresa e uma reformulação considerável em seu quadro funcional.

A política de redução do pessoal diretamente empregado e a ampliação da terceirização permitiram que, enquanto os índices de produtividade seguissem escalas crescentes, caísse o número de trabalhadores em números absolutos.

Para sustentar sua produção, em 1990 a empresa empregou, em média, 2356 empregados, que foram responsáveis por uma produção anual de 82 toneladas de alumínio por trabalhador diretamente contratado. Em 2006, o número médio de empregados tinha caído para 1357, e a produtividade anual por trabalhador tinha sido elevada para 336 toneladas (Gráfico 2).

É necessário ir além das aparências manifestas nesses números e estatísticas, amplamente divulgados em uma grande variedade de documentos da empresa, e investigar o conteúdo a elas subjacente e, em parte, materializado na relação entre a empresa e seus funcionários. No caso da Albras, esses números (Gráfico 2) são a manifestação mais visível de uma reestruturação produtiva aos moldes das que ocorriam noutras partes do planeta e que impunham relações de trabalho fortemente caracterizadas pela flexibilização das relações trabalhistas e pela terceirização de atividades.

A reestruturação produtiva na Albras causou um grande impacto na estrutura da força de trabalho e teve um alto preço para os trabalhadores do setor. A partir dos anos 90, sob o novo modelo, o número de trabalhadores diretamente contratados pela Albras foi sendo sistematicamente reduzido. Assim, enquanto os índices de produtividade da empresa cresceram, o número de funcionários, ao contrário, decresceu (Gráfico 2).

A empresa passou a adotar discursos diferenciados, tanto para a sociedade quanto para os trabalhadores. Afirmava que “qualidade no trabalho é uma etapa essencial nessa nova atitude de mudanças”; a empresa alegava que, em 1995, foi abolida a obrigação de ponto dos seus operários, eliminando, também, “a humilhante revista nos portões” (FERRAZ, 2000). Com outras medidas que perseguiram o mesmo objetivo, presenciou o salto de sua produtividade. Parece óbvio que isso foi o “natural resultado do estabelecimento de um nível de relação patrão-empregado” (FERRAZ, 2000).

Nesses termos, as alterações mais significativas nas relações entre os trabalhadores e a empresa, nas mais de duas décadas de sua existência, decorreram de um processo de mudança que teve como referência temporal o último ano da década de 80, quando a empresa começou a adotar políticas que buscavam flexibilizar suas estruturas produtivas. Tais alterações acarretaram conflitos e tensões entre os trabalhadores e a empresa que, em alguma medida, foram captados pelas reclamações trabalhistas movidas contra a Albras.

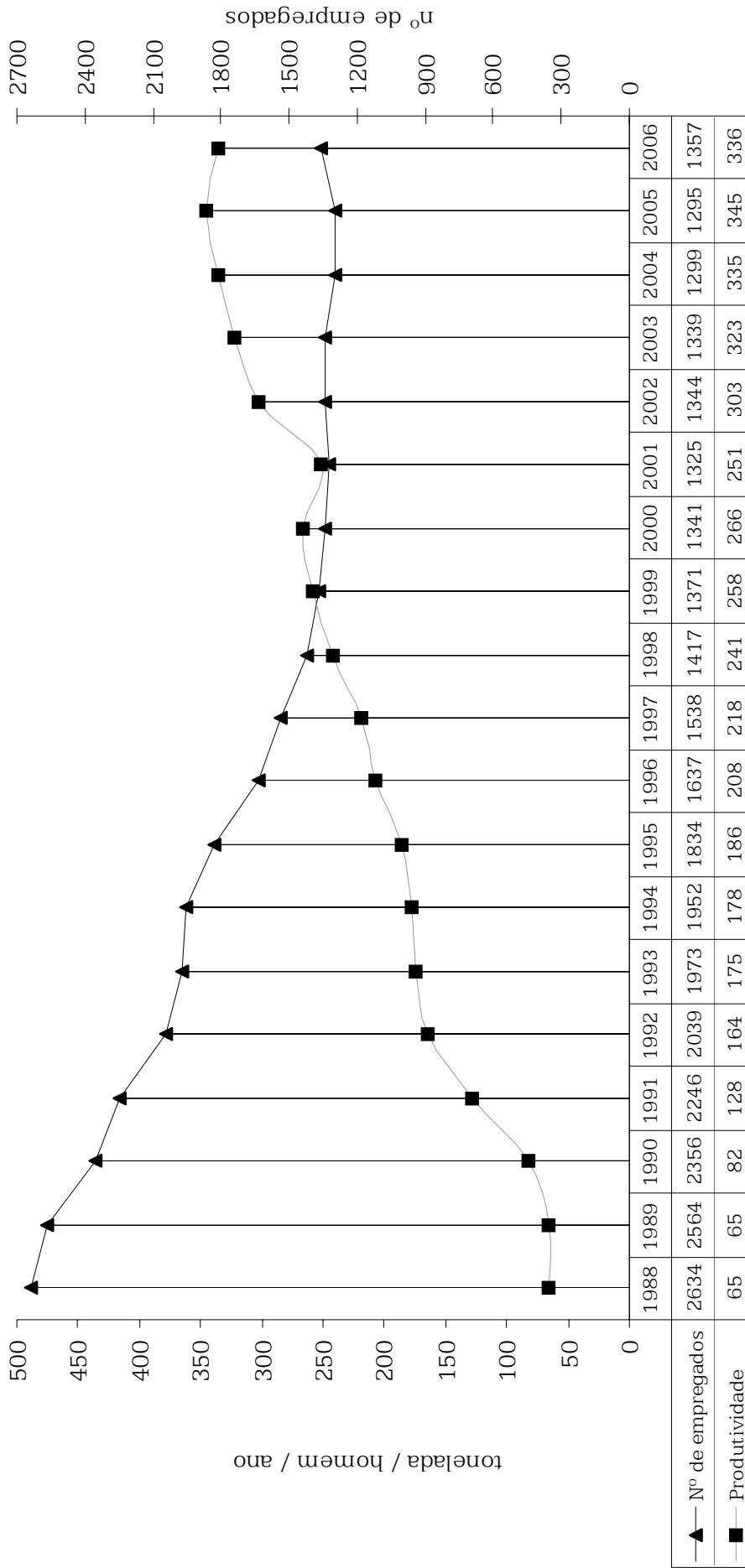


Gráfico 2: Número de empregados e produtividade física.

Fonte: Pesquisa de campo. Dados do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), da 8.ª região (1986-2006).

Considerando-se os processos trabalhistas como um componente capaz de indicar a reação dos trabalhadores aos processos de reestruturação produtiva, foram levantadas todas as reclamações trabalhistas dos empregados contra a Albras. Foi realizado um levantamento que cobriu mais de 18 anos de história daquela empresa (1986-2003), sendo localizados 1245 processos (Gráfico 3).

Dos 1245 processos localizados, 377 encontravam-se nas varas do trabalho da cidade de Belém. Os outros processos estavam distribuídos nas 25 varas da justiça do trabalho do Estado do Pará. Em Abaetetuba, encontra-se a maioria dos processos contra a Albras (941 processos). Dos processos, em sua totalidade, 375 foram analisados um a um, com o intuito de buscar elementos para reconstruir as tensões entre os trabalhadores e a direção da empresa.

O levantamento permitiu evidenciar que 1991, quando foram registradas 177 reclamações trabalhistas, e 1997, no qual houve 229 reclamações, foram os anos de maior incidência de reclamações contra a Albras. Trata-se, evidentemente, de indicadores da resistência dos trabalhadores a diversos aspectos da reestruturação produtiva empreendida pela empresa.

O rápido crescimento no volume de reclamações trabalhistas em 1990 e 1991 (Gráfico 3) está diretamente relacionado à reestruturação produtiva iniciada pela empresa, que teve como uma de suas conseqüências o estabelecimento de uma tendência de redução do número de trabalhadores diretamente vinculados à Albras (Gráfico 2).

A ampliação do número de processos trabalhistas contra a Albras em 1997 (Gráfico 3) tem relação com o processo de reestruturação, especialmente com a adoção, pela empresa, da estratégia de terceirização de atividades. A análise dos processos daquele ano indicou que o maior número de reclamações trabalhistas está relacionado à atuação de funcionários de empresas que prestavam serviços à Albras.

Portanto, o cenário de 1997 foi diferente daquele dos anos de 1990 e de 1991, quando se verificou um crescimento de reclamações trabalhistas movidas contra a empresa por empregados até então diretamente vinculados à Albras. Assim, a maioria dos processos referentes a 1996 e a 1997 corresponde a reclamações contra empresas que prestavam serviços à Albras.

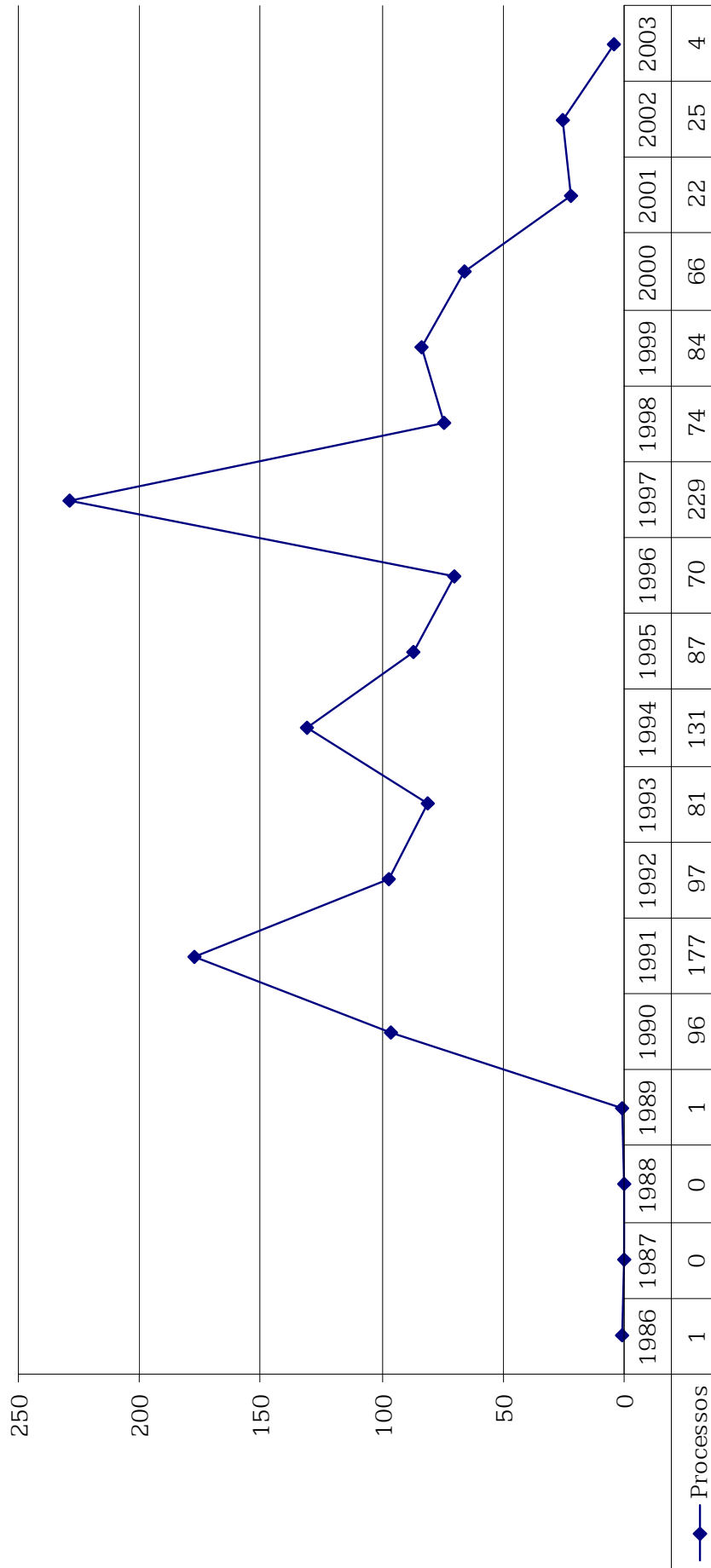


Gráfico 3: Número de reclamações trabalhistas movidas contra a Albras (1986-2003).

Fonte: Pesquisa de campo. Dados do Tribunal Regional do Trabalho, da 8.ª região (1986-2006).

Nas pesquisas dos processos arquivados na vara do trabalho do município de Abaetetuba, foram encontradas demandas contra quatorze empresas que prestavam serviços à Albras. Nesses processos, a Albras foi chamada a integrar o processo como litisconsorte¹. Dos 137 processos contra a Albras analisados no TRT de Abaetetuba, em nível de detalhe, 87 correspondiam a empresas terceirizadas. Era grande o número de ações referentes sobretudo ao não cumprimento, pelos empregadores, de direitos básicos dos trabalhadores. Nesses processos, os trabalhadores, em geral, apresentavam mais de uma demanda por ação, sendo mais comum a alegação de não pagamento pela empresa de aviso prévio (72 processos), de 13.º salário (65 processos), de férias (71 processos), de adicional de insalubridade (67 processos), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (69 processos) e das demais diferenças consectárias (58 processos).

No julgamento desses casos, a Albras foi muitas vezes acusada de “se furtar ao pagamento das parcelas trabalhistas” postuladas nos processos. Percebendo a gravidade da situação, a Albras começou a fazer acordos de indenização com os trabalhadores das empresas terceirizadas. Apesar de não assumir o vínculo empregatício, a empresa pagava aos trabalhadores valores referentes aos seus direitos trabalhistas, declarando esse ato como “mera liberalidade” de sua parte.

Nos 375 processos trabalhistas analisados em detalhes, observou-se uma proporção de sete vezes mais homens envolvidos do que mulheres, o que confirma o predomínio, ainda, dos homens no setor metalúrgico.

Os processos analisados em detalhes apresentam reivindicações de trabalhadores ocupantes de vários postos na hierarquia funcional da empresa, sendo encontrados 90 tipos diferentes de objetos reclamados, havendo, como já se indicou, processos que continham mais de um objeto.

A reivindicação mais freqüente dos trabalhadores dizia respeito a diferenças pecuniárias de diversas ordens. Essa reclamação era seguida, em termos de freqüência, por horas extras não pagas (9%); a reclamação relativa às horas extras não se limitava apenas ao período normal de trabalho, pois é freqüente também o pedido de horas extras em função do diálogo de segurança, além das horas da jornada de trabalho regular (18 processos).

¹ Segundo o sentido literal do termo, *litisconsorte* designa toda pessoa que, juntamente com outra ou outras, na qualidade de co-autor ou co-réu, é também parte na mesma causa, para participar do mesmo destino ou *sorte* que solucionará o *litígio*. Assim, uma empresa é intimada a fazer parte do processo e a dividir responsabilidades com a empresa reclamada, por ter sido beneficiada de alguma forma com os serviços dos trabalhadores dessa empresa. Nos processos relacionados às empresas prestadoras de serviços à Albras e à Alunorte, estas são constantemente convocadas a integrar o processo.

Os pedidos de equiparação salarial também eram dos mais freqüentes, representando 5,9% das reivindicações dos trabalhadores. Era requerido pelos funcionários lesados, que percebiam que seus rendimentos eram menores do que os de outros, que exerciam as mesmas atividades. Não era raro encontrar reclamações de um operador de forno que pedia que seu salário fosse equiparado a de seu superior, alegando exercer a mesma função deste na área em que trabalhava.

Outra reclamação freqüente encontrada nos processos refere-se às chamadas horas extras *in itinere*. O número de processos com pedido de pagamento de horas extras *in itinere* (3,6% dos pedidos) revela a visão que os empregados têm do tipo de conjunto habitacional em que residem. As horas extras *in itinere* correspondem ao tempo gasto pelos trabalhadores no percurso entre suas residências e o local da fábrica. Para eles, esse tempo deve ser computado na jornada de trabalho, pois, por residirem em um conjunto de propriedade da fábrica e tomarem como condução um veículo fornecido pela empresa por não haver outra forma de transporte, estão sujeitos aos horários estabelecidos pela empresa.

Outro objeto recorrente nas reclamações diz respeito aos adicionais por insalubridade (5,2% pedidos) e por periculosidade (3% pedidos). Nos processos, os trabalhadores são enfáticos ao ressaltarem o perigo a que estão expostos diariamente em seu ambiente de trabalho, mesmo aqueles que não trabalham diretamente em áreas consideradas insalubres pela empresa; segundo eles, ao transitarem por certos ambientes, ficam expostos a certos riscos à sua integridade física.

É importante ressaltar aqui o grau de perigo ao qual os trabalhadores se consideram submetidos. A empresa aplica uma escala de ampliação de pagamento que beneficia os trabalhadores sujeitos a situações de maior risco; logicamente, aqueles que trabalham em contato maior com o risco ou perigo recebem um acréscimo em seus rendimentos. Para os funcionários, o valor devido sempre é maior do que o concedido pela empresa no ato de demissão; quanto maiores forem os riscos de morte, maiores os rendimentos conseguidos.

A diminuição do número de processos trabalhistas (Gráfico 3) parece também sinalizar a derrota da resistência mais organizada dos trabalhadores e representar a afirmação de um novo modelo de gestão da força de trabalho, que reduziu o número de trabalhadores diretamente vinculados à empresa e estabeleceu mecanismos de recompensas individuais, mas, sobretudo, fragilizou a organização sindical e seu poder de intervenção.

5 Os limites das promessas modernizantes

A gestação e os desdobramentos dos processos que envolveram a produção de alumínio na Amazônia oriental brasileira, em última instância, decorrem da profunda e significativa transformação que introduziu novas formas de organização da capacidade e da potencialidade produtivas, de estruturação institucional e do agir social em praticamente todas as formações

sociais do planeta. Enfim, dessa transformação decorreram dinâmicas responsáveis pela “europeização” ou “ocidentalização” do globo, que se denominam modernização – termo supostamente menos carregado de conteúdo etnocêntrico.

Advoga-se que empreendimentos como a Albras têm, em si, um papel modernizador, pois são parte de um processo normalmente associado à crescente destruição das formas tradicionais de estruturação social, à ascensão do moderno capitalismo industrial e à crescente integração produtiva dos serviços e bens ambientais e da tecnificação da produção social. A modernização, então, é pensada como um conjunto de permanentes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que se inter-referenciam reciprocamente, vistas como intrinsecamente positivas, como se representassem, sobretudo, o amadurecimento das sociedades, mesmo tendo tais mudanças vingado integralmente em pouquíssimas frações da economia moderna.

As multifacetadas manifestações da modernização, em termos da organização social, estão associadas à ampliação dos poderes públicos, à consolidação e à legitimação do Estado, à construção de uma rede de instituições na sociedade civil, à progressiva especificidade funcional na esfera política e à introdução de mecanismos de racionalização crescente em todos os setores da sociedade. A modernização, assim, deveria, supostamente, conduzir ao entrelaçamento de estruturas alta e crescentemente tecnificadas, capazes de ampliar permanentemente o acervo de bens e o volume de serviços socialmente disponíveis.

Todavia, estudos recentes sobre as conseqüências da implantação das plantas industriais instaladas em Barcarena têm apontado para a ampliação da concentração de renda, a concentração, em espaços muito limitados, da melhoria das condições de vida e, sobretudo, o crescimento da pobreza (RIBEIRO, 2006). Outros estudos demonstram que a estratégia de terceirização da Albras (CORÔA FILHO, 2005) e de outras empresas localizadas em Barcarena (COELHO, 2006; LIMA, 2005) não se tem prestado à transferência de tecnologia para seus contratados e fornecedores, não representando, nesse especial, uma perspectiva de enraizamento social do crescimento econômico verificado no município.

Torna-se, portanto, mais necessário refletir sobre os limites das promessas modernizantes vinculadas à implantação da indústria de alumínio na região. Em especial, porque a implantação da Albras acalentou, em diversos e amplos segmentos sociais, expectativas de rápida modernização local. Uma convicção que se expressou, ao longo do tempo, em diversas práticas governamentais, vários planos estatais de desenvolvimento, discursos e ações de partidos de distintos matizes políticos, posicionamentos e intervenções de sindicatos, tanto patronais quanto de trabalhadores etc. Uma convicção que, portanto, mobilizou e ainda mobiliza uma pluralidade de atores sociais, empenhados, na maioria com sucesso, em ver transformadas industrialmente as reservas minerais da região de Barcarena, como alternativa para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

CARMO, Eunápio Dutra do. **Gestão do trabalho na indústria de alumínio Albras**: a noção de qualidade e seus interlocutores. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

COELHO, Edineide Santos. **Flexibilização produtiva e desenvolvimento local**: a rede de subcontratação da Alunorte. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE; LIGHT METALS SMELTERS ASSOCIATION. **Projeto alumínio na Região Amazônica**. Brasília, DF, 1974. Relatório preliminar.

CÔROA FILHO, Vicente Uparajara. **Redes de subcontratação e desenvolvimento local**: a atuação da Albras no arranjo produtivo de Barcarena. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

EXAME. **Maiores e melhores empresas do Brasil**. Edições de jun. 2000, jul. 2001, jul. 2002 e jul. 2003.

FERRAZ, Silvio. A civilização de alumínio. **Revista Veja**, São Paulo, ed. 1630, ano 33, n. 1, p. 68-69, 5 jan. 2000.

LIMA, Marco Antônio Silva. **Relações inter-firmas em Barcarena/PA**: um estudo das práticas de inovação e cooperação na rede de fornecedores e subcontratados da IRCC. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 141-187, jun. 2005.

RIBEIRO, Lílian Lopes Ribeiro. **Impacto da atividade minerometalúrgica na qualidade de vida em Barcarena entre 1991 e 2000**: uma análise intramunicipal a partir dos indicadores socioeconômicos. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

VIVACQUIA; Paulo Augusto et al. O Brasil e o alumínio. Atuação da CVRD. **Mineração e Metalurgia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 428, jun. 1981.

Texto submetido à Revista em 27.06.2007 e aceito para publicação em 23.11.2007.